

APREENSÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DAS RELAÇÕES COM A NATUREZA NO BAIXO-MEDIEVO PORTUGUÊS.

JONATHAN MENDES GOMES*

1. Introdução: o *status* do conhecimento na Idade Média:

No que diz respeito à concepção do saber na sociedade medieval, Maravall (1983: 203-205) destaca prevalecer uma geral tendência à repetição de modelos e normas conservados de períodos anteriores. Ainda que esta visão demonstre-se radical, uma parcela desta sociedade, tradicional, agrária e condicionada por possibilidades naturais, parece ter mantido na maior parte das vezes, no que tange à ciência medieval, a atitude de conservar e transmitir o saber. Assim, a metodologia do conhecimento neste período consistia basicamente em administrar cientificamente um manancial de verdades já estabelecidas e conhecidas.

Para o homem grego, o sábio era o possuidor desta suma de saber que corresponde à ordem fixa e terminada do cosmos. O saber, como o universo mesmo, consiste em uma totalidade fixa que, em princípio, pode ser alcançada. E o homem medieval pareceu corresponder mais a essa visão acabada e completa do sábio, cuja tarefa intelectual era copiar e colecionar para depois transmitir, e do saber, que não se cria nem aumenta. É sempre frequente a ideia de que se deve usar, provar, e exercitar o saber que se recebe, ainda que em alguns círculos se admita que novas conquistas intelectuais possam ser adquiridas (MARAVALL, 1983: 215-217).

Apesar dos grandes espíritos profundos e originais no campo do conhecimento medieval como Roger Bacon, Thomas de Aquino e Raimundo Lúlio, uma parte considerável

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da CAPES/REUNI. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

dos sábios, homens da ciência e filósofos medievais incorporaram, durante certo espaço de tempo, sem uma adequada revisão e espírito crítico, uma concepção de mundo e de natureza proveniente da herança da Antiguidade. Segundo Delort, uma análise lógica parece colocar os desafios de se apreender e dominar o tempo e o espaço, dentro desta carência de uniformização da técnica e da ciência, que a Europa medieval durante muito tempo possuiu (DELORT, 1982: 69-70).

Para Maravall (1983: 219-220), visto que o saber já dado, dom de Deus, não enfrentava problemas de investigação e conquistas, as maiores preocupações dos homens da época envolviam a formalização e comunicação deste saber. Daí a incessante busca de técnicas diversificadas, em especial através de livros ou viagens, que levassem à melhor apreensão desta totalidade do saber. A sabedoria, para o autor, surgiria pela absorção do saber da natureza, usando como método para captá-lo uma ordenação lógica que responde perfeitamente ao escalonamento dos seres naturais.

2. O predomínio da interpretação simbólica da natureza:

Delort (1982) reforça esta ideia de que na Idade Média, a natureza modelava as estruturas mentais do homem profundamente com seus efeitos, afinal estava incorporada na visão global do universo em que Deus era o criador/ordenador. Neste universo em que tudo estava unido, e tudo tinha seu lugar e significado, a natureza, sensível e incompreendida, aparecia como reflexo de outra realidade, esta explicada pela religião cristã, com o auxílio de inúmeras obras dos “antigos”, e sua ciência completa, através de interpretações cheias de imagens brilhantes.

Se a natureza era a chave para o conhecimento na Idade Média, a interpretação simbólica foi, por um longo tempo, um dos meios predominantes de enxergá-la. Huizinga já havia concluído que a Idade Média “nunca esqueceu que todas as coisas serão absurdas se o

seu significado se limitar a sua função imediata e a sua fenomenalidade e se, pela sua essência, não alcançar um mundo além deste” (HUIZINGA, 1924: 208).

Esta percepção converge para a absoluta Unidade, e neste sistema cada figura tinha o seu lugar, o que de fato organiza a concepção simbólica. Do ponto de vista causal ela dá um salto e descobre relações, não como um enlace de causa e efeito, mas como ligações de causa e finalidade, que são tão convincentes quanto as partes envolvidas tiverem uma qualidade comum essencial possível de ser relacionado a um valor de ordem geral.

Segundo Mário Martins, esta concepção simbolística do mundo fora preparada pela exegese da escola de Alexandria, com São Clemente e Orígenes, e alargada por Santo Ambrosio, Santo Agostinho e São Gregório Magno. Habitaram-nos eles a procurar as realidades profundas, por trás do sentido literal ou das aparências reais. Através dos lábios dos místicos, todas as criaturas constituíam as letras do grande evangelho do Universo. Os significados eram atingidos via contemplação, penetrando com um olhar para além dos sentidos e das aparências, e vendo nelas o reflexo do mundo invisível sobrenatural (MARTINS, 1975: 31).

Delort (1982) reconhece pelas explicações dos fenômenos e objetos, uma íntima interdependência do macrocosmo e do microcosmo, característica essencial da mentalidade medieval. Os números enquanto pensamentos de Deus, as figuras geométricas que representavam o paraíso e o mundo, as cores que eram associadas aos planetas, os fenômenos astrológicos, todos possuíam significações gerais e forte influência nesta sociedade. Da mesma forma ocorria aos bestiários, lapidários e herbários. Todo animal, e planta, evocavam um aspecto do homem, e a heráldica tratou de computar tais significações. Assim, tudo era suscetível de interpretação simbólica e alegórica, perpassando todas as classes.

Huizinga ainda afirmara que no fim da Idade Média o declínio deste modo de pensamento já mostrava sinais, tornando-se mecânico, “produto não de entusiasmo poético somente, mas de raciocínio sutil também”. Estas interpretações se encontravam gastas, e se a santidade dos objetos lhes conferia ainda valores espirituais, logo estes valores se estenderam às coisas profanas e materiais, manifestando assim sua decadência. Decadência que não

significa que este gênero tinha perdido seu vivo significado para os homens dos séculos XIV e XV. Muito pelo contrário, a tendência continuava a demonstrar espontaneidade (HUIZINGA, 1924: 213-214).

3. O advento de novas relações com a natureza e o saber:

Entretanto, Mário Martins ressalta que os contemplativos não representavam todo o saber da Idade Média, menos ainda todo o saber científico, e lamenta a aceitação de místicos, filósofos, iluminadores e construtores de catedrais como expoentes únicos do conhecimento advindo da natureza. Pior ainda seria considerar a fauna pétrea das catedrais ou as iluminuras dos Livros de Horas como um compêndio de zoologia daqueles tempos. Até porque, quando se intenta estudar uma sociedade específica, Huizinga faz o seguinte alerta:

“As formas de pensamento duma época não podem apenas ser estudados nos aspectos por que se revelam nas especulações teológicas, filosóficas ou nas concepções da fé, mas também nas da sabedoria prática e da moral corrente. Podemos mesmo afirmar que o verdadeiro caráter do espírito de uma época revela-se melhor na sua maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns do que nas manifestações da filosofia e da ciência” (HUIZINGA, 1924: 233).

Mesmo porque, as altas especulações é que estavam filiadas a origens antigas, na maior parte das vezes carentes de inovações e ultrapassadas em muitos aspectos. Já com relação à vida ordinária, o espírito desta época se mostrava ingênuo e espontâneo, muito mais aberto a um acúmulo de novas experiências, ainda que convergente com as antigas.

Assim, Mário Martins aponta que, para além destes representantes simbolistas, existiam os caçadores e os livros de caça para nos fazer enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza. De sua vida cotidiana derivou, para eles, um realismo descritivo e naturalista de que só um caçador é

capaz. É da experiência desses homens observadores, homens de ação e que viviam em constante contato com a natureza, que nasceu o tipo de literatura denominada Literatura Técnica, no qual incluem-se aclamadas obras produzidas pelos monarcas avisinos em Portugal (MARTINS, 1956: 85).

De fato, a propaganda dinástica iniciada com o advento da Dinastia de Avis, em Portugal a 1385, não se preocupou apenas com guerras e avanços territoriais e ultramarinos, a fim de legitimá-la junto aos súditos e reinos estrangeiros. Outras ações tornaram-se necessárias para acompanhar o processo de centralização do poder régio e imposição da autoridade monárquica (MATTOSO, 1993: 499). Desta forma, a promoção da cultura foi extremamente valorizada por reis como D. João I, D. Duarte e D. Pedro, os quais organizaram um ambiente de corte capaz de remodelar os comportamentos da nobreza que lhe era próxima, devido ao constante acompanhamento em suas atividades.

Por ter a corte como foco de divulgação, o ambiente literário cultivado não escaparia ao moralismo difundido por estes príncipes e reis que manifestavam um gosto especial pela reflexão, devotados a ensinar, e frequentemente emitindo juízo moral a respeito de tudo que faziam, liam e que presenciavam em seu cotidiano (SARAIVA, 1994: 30).

E não se contentavam apenas em ler os famosos textos bíblicos ou os tratados herdados da antiguidade, puseram-se também a escrever: tratados, conselhos, cartas e livros (MATTOSO, 1993: 542). E no vigor deste ato, valorizaram a prosa como instrumento mais apropriado que a lírica para ensinamentos sobre moral e virtude, necessários a uma sociedade que se transformava, e que precisava constantemente do enquadramento de suas condutas. Assim vemos surgir um conjunto de textos chamados de Prosa Moralística da Dinastia de Avis que engloba livros como o *Leal Conselheiro*, a *Virtuosa Benfeitoria*, o *Livro dos Ofícios* entre outros.

Algumas dessas obras utilizavam-se da união de narrativas “históricas” com alegorias, metáforas e analogias (típicas do caráter simbólico desta sociedade medieval), a fim de expor seu conteúdo moralístico e propagar ensinamentos, pois consideravam-se tais elementos capazes de tornar a leitura mais agradável e acessível. No entanto, outra parte dessa literatura

uniu o universo literário com o ambiente dos jogos como a caça, os torneios, a equitação, a falcoaria, e toda uma gama de atividades que já estavam bem enraizadas na cultura cavaleiresca. Estas eram, em sua maioria, exercidas em pleno contato com a natureza e os animais, como o faziam os caçadores que se entregavam diariamente na atividade da montaria (MARTINS, 1975: 99-100), dentre os quais se incluíam os príncipes de Avis.

Desta junção citada acima, surgiram tratados técnicos sobre atividades ao mesmo tempo lúdicas e militares bastante apreciadas pelos cavaleiros da época. A seu caráter de necessários à preparação para a guerra, além de canalizador da violência em tempos de paz (PASTOUREAU, 1989: 134), foi acrescido um objetivo moralizante, como instrumento de educar/domesticar a aristocracia avisina. No específico caso português temos como expoentes destes tratados o *Livro de Montaria* de D. João I, *A Arte de Bem Cavalgar* de D. Duarte, o *Livro de Falcoaria* de Pero Menino, entre outros.

Não chegam a ser científicos, pois deles não se tiram leis gerais que regem o mundo dos seres vivos, mas são autênticos saberes de experiências dotados de observações minuciosas dos animais e seus costumes, bem como de uma extraordinária visão empírica. Neste tipo de saber, constituído de não uma, mas muitas experiências, escutamos mais a linguagem dos sentidos do que na contemplação. O espírito de observação destes homens nos atinge com uma visão mais exata e verdadeira do que num tratado de zoologia, porque aos inúmeros compêndios faltaram mil vivências de um caçador como D. João I (MARTIS, 1956: 86-87).

4. A Literatura Técnica de Avis em análise:

Dando novo vigor a esta tendência mais empírica de se relacionar com os elementos da natureza e com os saberes que se pode extrair dela, a Prosa Moralística de Avis compôs-se de obras cuja intenção pedagógica é visível em suas linhas. D. Duarte e D. João I, príncipes letrados, preocupando-se realmente com algo mais do que combates e política, e entendiam a

necessidade de educar sua corte. Os objetivos pedagógicos, isto é, transmitir conhecimentos fornecidos por Deus, são a própria justificativa dos reis para escreverem os tratados.

“(...) screvo algumas cousas per que seran ajudados pera a melhor percalçar os que a leerem com boa voontade e quiserem fazer o que per mym em esto lhe for declarado (...) Mas esto faço por ensynar os que tanto nom souberem, e trazer em renembrancha aos que mais sabem as cousas que lhes bem parecerem, e nas fallecidas emmendando no que screvo a outros podeerem avysar” (D. DUARTE, 1986: 1).

“E porque neste livro uma das grandes forças é em amostrar em como os monteiros hão-de saber bem fazer as coisas, que para este jogo cumpre, depois ensinando-lhas como cumpre de serem guardados de cajões, que lhes em tal jogo poderiam avir; porém é forçado de o ensinarmos e por-mo-lo neste livro” (D. JOÃO I, 2003: 145).

Contudo, o diferencial da Literatura Técnica de Avis está justamente no fato de que não consideravam apenas os contos e histórias, que estimularam a criação de famosas crônicas e memoriais narrativos, como veículos privilegiados de transmissão do conhecimento. Pelo contrario, as ideias de metodologia de aprendizagem dos príncipes avisinos são expressas pelas mãos de D. Duarte, que acredita na técnica e na prática e como instrumentos de maior valor pedagógico que as fábulas e demais tipos de histórias, cuja compreensão tem mais difícil acesso ao saber:

“Ca se o leerem ryjo e muyto juntamente como livro destorias, logo desprazerá e se enfadaróm del, por o nom poderem tam bem entender nem renembrar; por que rera geeral he que desta guisa se devem leer todollos livros dalgua sciencia ou enssynança” (D. DUARTE, 1986: 3).

Ainda assim, mesmo com a veemente defesa da importância da escrita e leitura sobre as manhas para manter na lembrança tudo aquilo que fora ensinado, os príncipes avisinos demonstram a consciência de que a melhor forma de aprendizado é realizada na prática com auxílio de um bom mestre.

“Pollas razões adiante declaradas, mandey screver somariamente estes erros de luita, os quaaes se alguu bem os quiser saber, pergunte a alguu boo mestre desta manha que lhos enssyne. Ca mais som scriptos por rememrança que per tal scriptos os poderem aprender. Estes som os que geeralmente husey e vy praticar aos boos luytadores; nom todos a huu, mas como em special avyam mais custume e mylhor jeito” (D. DUARTE, 1986: 122).

Percebe-se também uma constante defesa destes jogos como a caça, enquanto fontes de aprendizado, visto seu potencial em despertar a sensorialidade, que para os medievais era uma das principais fontes de entendimento das coisas do mundo. O papel de relevância dado ao uso dos sentidos físicos eleva o cenário da natureza, imprescindível à caça, a uma das grandes vias para aquisição de bons conhecimentos, e não apenas das manhas.

“e os sentidos mostram ao entender todas as coisas por que o entender entende; ca os sentidos têm cada um sua virtude, pela qual o entender entende tudo aquilo que há-de entender (...) Ora, tanto que cada um destes sentidos é aventado com aquela coisa em que sua virtude há-de obrar, para demonstrar ao entender, logo o entender entende estas coisas que pelos sentidos lhe são demonstradas” (D. JOÃO I, 2003: 11).

“E quanto ao cheirar, quando homem vai por alguns prados e por sob algumas arvores que cheirem bem, alguma coisa de bem podem fazer ao entender de folgança de sentido (...) e o porque, nenhum dos jogos não corrige assim todos os sentidos em geral para corrigir o entender do seu enfadamento, que recebe pelas coisas nojosas que lhe são demonstradas pelos sentidos, como este jogo de andar ao monte” (D. JOÃO I, 2003: 18).

No que diz respeito ao louvor da prática e da sensorialidade no processo de absorção de ensinamentos, melhores instrumentos para não deixá-los cair no esquecimento, conseguimos enxergar a importância dada ao contato direto com elementos da natureza, esta grande fonte de sabedoria da época medieval, atestado pela frequência cotidiana dos homens no monte.

“e isto é bom ensino neste livro ser escrito, ca proveitoso será àquele que o tomar e obrar como dito é. Ca os que este livro lerem, não tenham isto por coisa vaidosa, que nós vimos e ainda pensamos que os demais que ao monte andam, quando assim continuadamente a ele andam, que se não sabem guardar; e esta coisa não tem em sua vontade de se assim guardarem, que a sua terra por que andam ao monte, todas estas coisas padece, ou cada uma delas” (D. JOÃO I, 2003: 151).

“Nas que bem nom vee, mal enfreadas e muyto avyvadas, nos lugares spessos darvores, desteiros, de barrocas, algares, morouços de pedras, e de trovões se devem mais guardar, por que nas semelhantes de taaes perigoos se nom podem bem arredar” (D. DUARTE, 1986: 137).

Este contato mais direto com animais, longe de serem fantásticos, e com diferentes lugares naturais antes temidos, como a floresta, é ainda reforçado por uma postura menos contemplativa e mais voltada para a observação empírica, que fundamenta as afirmações desenvolvidas nos tratados, colocando-as à prova.

“E se isto não souberem, ou alguma vez o não provassem, provem-no pelo ver e vendo uns cães e outros que maneira têm, acharão que na natureza dos cães assim há aí sandeus, segundo mais ou menos, em como o são os homens, segundo a disposição que cada um recebe” (D. JOÃO I, 2003: 127).

“Per aquestes avysamentos que screvo se pode veer como convem guardar tempo ao feryr das sporas, e que cadahuu per ssy consiire o que deve fazer, e pergunte aos que vyr que o bem sabem como he bem de feryr seu Cavallo (...) Nem ameude muito, mas per razoado spaço feira dellas como veerá fazer aos boos cavalgadores” (D. DUARTE, 1986: 130-131).

Os príncipes de Avis souberam valorizar gosto pela experiência. Mesmo porque esta postura mais empírica se coaduna com a própria visão que os príncipes avisinos possuem a respeito das artes sobre as quais dissertam, encaradas como ciências. E enquanto ciência, o valor da experiência torna-se fundamental nestes tratados. A relação entre ciência e experiência pode ser visualizada em inúmeras passagens.

“Outras mais cousa compria de ssaber o perfeito cavalgador, que som scriptas em livro de alveitaria, mais por muyto nom perlongar, e outros sobr’ello screveem, e desy por eu nom aver dellas tam grande speriencia como destas suso scriptas, as nom entendo de screver; mais quem os livros sobr’ello feitos vir, quanto mais souber, tanto em esta sciencia mayor mestre sera” (D. DUARTE, 1986: 14).

“E ainda algumas vezes acontece que aqueles que assim erram, que ao cobrar recobram mais espertamente que os outros, que vão sobre a sua direita travessa, a qual não faz se é um, ou dois até três; ca se a estes todos errassem, bem está em direita experiêcia que pela minguá das vozes dos outros que não errassem, pois os que aí não há, não poderiam tornar ao rasto que erraram” (D. JOÃO I, 2003: 132).

“Pera derribar qualquer alymaria, achei certa speriencia se a lança trazia de forte aste e bem asteada (...) E quando o cam filha o porco, se deve teer este avysamento: veer se ele vay yndo com o cam, ou se volteia (...) E desto achei per mym certa speriencia; por que de Cavallo em mynha casa outrem as nom traz mayores e mais pesadas, e por o costume delas aos que as leves trazem, de ferir em monte bem e prestes nom dou vantagem” (D. DUARTE, 1986: 109).

Todos os ensinamentos observados e apreendidos por este contato com a natureza são fundamentados pelos príncipes avisinos na autoridade de sua obra nesta matéria, que se sustenta pelo consenso entre os melhores monteiros que conhecem. A experiência dos bons, inclusive, é que define as normas da boa montaria, o que demonstra que D. João I e D. Duarte se guiam pelos mais experientes, e portanto, mais sábios.

“E por que a husança das terras e dos tempos mudam as manhas e os costumes, poderá seer que a alguu parecerá o contrairo desto que screvo; e porem saibham que o screvy segundo mynha speriencia, a qual concorda com a mais geeral boa pratica que ao presente se husa com estes Reynos delrrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja” (D. DUARTE, 1986: 116).

“Ainda acontece em no monte muitas vezes, quando os senhores andam a filhar prazer eneste jogo de montaria (...) ca posto que lhes alguns porcos entrem no monte, aqueles que lhes mandam pôr os cães sempre os mandam pôr ao maior porco que no monte entra e fazem nisso boa montaria, segundo a opinião de todos os bons monteiros” (D. JOÃO I, 2003: 115-116).

Afinal, nem todas as matérias descritas nos livros puderam ser vistas e experimentadas pelos reis. Mas neste caso, além do conselho dos mais experientes, estes tratados técnicos fundamentam suas assertivas valorizando o que é dito pelos “físicos naturais”, cuja postura se não científica, pelo menos mais pragmática, já se encontrava aceita nesses círculos régios.

“Dizem os físicos que naturais são, que quando se perde do homem haver bom fôlego, que se não faz senão pelas coisas que já dissemos, do comer e do beber sobejo e isto porque é: e dizem que quando o corpo está quedo, que então as humidades crescem sobejas fora da natureza e quando assim são muitas, que então sobem à cabeça (...)” (D. JOÃO I, 2003: 20).

“Ainda soem muitas vezes os monteiros a ter por força as cadelas aos cães e isto não é o melhor que se nisto deve fazer, porque quando assim têm, as cadelas estão sempre contra sua vontade e por isto não tem mentes no cão que as tem e por tal coisa muitas acontece de não ficarem prenhas, porque é feito contra sua vontade; ca dizem os naturais que nenhuma animália, nem ave nem as outras coisas, que por ajuntamento concebam, que nunca empenham sem consentimento da fêmea” (D. JOÃO I, 2003: 31).

Enfim, os príncipes de Avis usaram a motivação educacional como um dos principais motivos que os levaram a escrever seus tratados, utilizando-se do ambiente natural como um dos principais instrumentos de aprendizado. Assim, com o incentivo da valorização da experiência e da observação mais empírica, conseguiram construir um conjunto de saberes pragmáticos a respeito dos animais e da natureza como um todo que jamais seria alcançado apenas através de especulações contemplativas e interpretações simbólicas, e sim com um aprendizado se fazia melhor na prática.

“Ainda este jogo ensina mais a fazer algumas coisas que pertencem aos guerreiros, que um dos pontos que cumpre àquele que perfeito cavaleiro deve ser, que há-de saber fazer, assim é ser bom corredor, pois o andar ao monte lhe ensina a ter bom tento da terra e depois sofrer bem seu cavalo que lhe não canse tanto como a outro homem que o não haja usado; depois também saber passar uma terra grande asinha” (D. JOÃO I, 2003: 22).

“As strebeiras nom tanto apertadas que o pee dellas nom possa sayr, nem assy largas que per ellas passe ou faça fraco cavalgar. E nom se tragam compridas fora de rrazom, por muytos perigoos que dellas se recrecem, como a esperiencia bem ensyna, ainda que per fantasia e nom boo/custume muytos assy as tragam” (D. DUARTE, 1986: 136).

“... e quando é tempo de assim pôrem os cães, cumpre muito de pararem mentes como então corre o vento. E se o vento vier de rosto aos cães que correm, quando assim a tal vento vier, então deixem passar alguma parte dos cães em direito donde eles estiverem, e então tirem as trelas aos seus; e se lhes acontecer que assim o vento lhe venha de espaldas aos cães, que assim correm com o porco, então não guardem que passem por onde eles estão, nem ainda tão somente que cheguem em direito deles” (D. JOÃO I, 2003: 115).

5. Conclusão:

Conclui-se que os conhecimentos advindos da natureza, na Idade Média, não devem ser procurados apenas nos contemplativos ou nos filósofos. Temos de ir ao “empirismo” dos homens que, levados pelo gosto lúdico da caça, se curvaram sobre a “mãe terra”, suas plantas e animais, aspirando o mundo pelos cinco sentidos. Encontramos aí não uma filosofia, mas uma atitude filosófica, a valorização da experiência em torno das coisas da natureza.

Concepção simbólica ou observação empírica, o fato é que a casuística afetou todos os departamentos do espírito: na moral e nas leis, na prática das cerimônias, da etiqueta, dos torneios, da caça, do amor e da guerra. Seu valor está na tendência de isolar cada coisa como entidade particular, fornecendo a qualquer questão uma solução ideal, revelada, por regras formais, a partir da relação do caso com as verdades eternas. É por isso que os provérbios surgem como uma função mais viva no pensamento da Idade Média, e se tornam a expressão mais geral e natural desta tendência de tornar cada caso indiscutível via caracterização como sentença moral (HUIZINGA, 1924, pp. 237-239).

Jean-Michel Mehl, estudando a evolução dos jogos na Idade Média, se utiliza destas concepções de Huizinga para reconhecer as aptidões pedagógicas destes, ou seja, sua participação na formação dos indivíduos. Esta evolução não se separa do desenvolvimento do estado moderno que visa pacificar o espaço social apoderando-se do controle desta

pacificação, ou seja, o processo de desenvolvimento dos jogos medievais se traduz nesse processo civilizador defendido por Norbert Elias (MEHL, 2002: 35).

Por fim, este desenvolvimento de novas concepções sobre a natureza surgidas na mentalidade do homem medieval, que principia a enxergá-la sob uma postura mais empírica e experimental, parece ter influenciado um remodelamento do tratamento entre o homem e o mundo natural. A consciência da necessidade de civilizar os homens que mais de perto o rodeava, justificou a preocupação de D. Duarte e D. João I em unir a tradição moralística aos jogos com explícito contato com elementos da natureza. Assim, este processo civilizador humano iniciado em Portugal a partir da Dinastia de Avis, seguindo as diretrizes da ideologia monárquica, parece ter sido acompanhado por um processo civilizador e “domesticador” da natureza, relendo, no fim da Idade Média, o discurso de subjugação e exploração do mundo natural sob o viés civilizador da domesticação.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes Primárias:

D. DUARTE. *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

D. JOÃO I, *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

Fontes Secundárias :

DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador vol. II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, DIFEL, 1995.

GUERREAU, Alain. “Caça” in: SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume I.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséa, 1924.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Editorial Estampa: Lisboa, 1994.

MARAVALL, José Antônio. *Estúdios del Pensamiento Español*. Cultura Hispânica: Madrid, 1983.

MARTINS, Mário. *Algorias, Símbolos e Exemplos Morais na Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa: Brotéria, 1975.

MARTINS, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal vol. II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MEHL, Jean-Michel. “Jogo” in: LE GOFF, Jacques. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol. II*, São Paulo: EDUSC, 2002.

PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARAIVA, José A. *Iniciação na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Gradiva-Publicações Ltda, 1994.

SARAIVA, J. A. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000.